

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 7 – Número 0360–17/06 à 21/06/2024

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[MTE lança plataforma para facilitar comunicação com empregadores](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 20/06/2024

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) tem uma nova plataforma digital para facilitar a comunicação eletrônica entre o empregador e a Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT). O [Domicílio Eletrônico Trabalhista \(DET\)](#) foi instituído pelo Artigo 628-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e agora foi aprimorado para o ambiente digital. A ferramenta é de uso obrigatório e pretende atingir 9 milhões de destinatários.

O DET facilitará o acompanhamento de atos administrativos, ações fiscais, intimações e avisos gerais. O empregador, por sua vez, poderá com mais facilidade enviar a documentação eletrônica exigida no curso de ações fiscais, ou na apresentação de defesa ou recurso no âmbito dos processos administrativos. Os comunicados enviados ao empregador por meio do DET terão valor legal, dispensando a cientificação do empregador por via postal ou por outros meios.

Cadastro

Todos os empregadores, pessoas físicas e jurídicas, que tenham ou não empregados, exceto os microempreendedores individuais (MEI's) e empregadores domésticos. Para eles a obrigatoriedade foi prorrogada para 01/08/2024.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[OAB pede que desembargadores vindos do MPT e da advocacia possam ser indicados ao TST](#)

Supremo Tribunal Federal - 18/06/2024

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pede ao Supremo Tribunal Federal (STF) que advogados e membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) que tenham ingressado na magistratura trabalhista por meio do chamado quinto constitucional (vagas destinadas a integrantes dessas carreiras) possam ser indicados às vagas do Tribunal Superior do Trabalho (TST) destinadas à magistratura de carreira.

[Encarregado de obras atropelado por bandidos em fuga será indenizado](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 21/06/2024

A Subseção 2 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho condenou uma empresa de serviços de Belém (PA) a pagar R\$ 20 mil de indenização a um supervisor de obra que foi atropelado durante o trabalho por bandidos que fugiam de uma perseguição policial. Para o colegiado, o empregado que atua em obras em rodovias se sujeita a riscos superiores aos que estão submetidos os trabalhadores comuns.

[MPT não pode pedir anulação de acordo que envolva interesses privados](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 21/06/2024

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que o Ministério Público do Trabalho (MPT) não tem legitimidade para

propor a anulação de acordo extrajudicial que trate de direitos patrimoniais passíveis de negociação. Para o colegiado, não cabe ao MPT atuar como defensor de interesses puramente privados, ainda que eventualmente possa haver alguma espécie de fraude no acordo.

[Turma estabelece regras para atualização monetária de créditos trabalhistas dos anos 80](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 21/06/2024

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho estabeleceu critérios diferenciados para a atualização monetária e os juros de mora de créditos trabalhistas da década de 80, anteriores ao IPCA-E e à Taxa Selic. A decisão visa compatibilizar as peculiaridades do caso concreto aos parâmetros da tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para fins de atualização de créditos trabalhistas.

[Banco é absolvido de condenação por assédio processual em ação contra sindicato](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/06/2024

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) excluiu uma condenação por danos sociais que havia sido imposta ao Kirton Bank S.A. – Banco Múltiplo, por suposta conduta antissindical. A penalidade foi aplicada após o banco perder uma ação contra o Sindicato dos Bancários de Jundiaí e Região (SP), que tentava impedir bloqueios que dificultassem o acesso de empregados às agências. Segundo o colegiado, a indenização por “dumping social” não poderia ser aplicada sem um pedido explícito do Sindicato, e não foi comprovada má-fé por parte do banco. Dessa forma, a condenação foi excluída por violar o direito ao contraditório e à ampla defesa.

[Frigorífico indenizará empregada que tinha de circular em trajes íntimos em barreira sanitária](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/06/2024

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Seara Alimentos Ltda. a pagar R\$ 5 mil de indenização a uma empregada da área de desossa de aves que era obrigada a circular na barreira sanitária em trajes íntimos. Para o colegiado, a situação gerou constrangimento passível de reparação.

[Senado aprova indicação de Antônio Gonçalves para vaga no TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/06/2024

O Plenário do Senado Federal aprovou nesta quarta-feira (19) o advogado Antônio Fabrício de Matos Gonçalves para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Gonçalves foi indicado pela Presidência da República e recebeu 62 votos favoráveis, dois contra e uma abstenção.

[Companhia aérea deverá reintegrar comissária que confirmou ter HIV durante aviso-prévio](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/06/2024

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o exame de um recurso da Gol Linhas Aéreas S.A. contra condenação a reintegrar e indenizar uma comissária de voo de São Paulo (SP) que informou ser portadora do vírus HIV durante o aviso-prévio indenizado. Ela já tinha se afastado anteriormente para tratamento médico e, segundo as instâncias anteriores, a empresa a demitiu sabendo de sua condição. Nessas circunstâncias, a dispensa é considerada discriminatória.

[Jogador de futebol consegue rescindir contrato por atraso no FGTS](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/06/2024

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o exame de recurso do Fluminense Football Club, do Rio de Janeiro (RJ), contra o reconhecimento da rescisão do contrato do zagueiro Henrique Buss, em razão do atraso de 11 meses no recolhimento do FGTS. Para o colegiado, o atraso contumaz no cumprimento das obrigações trabalhistas justifica a chamada rescisão indireta, ou “justa causa do empregador”, em que este tem de pagar todas as parcelas que seriam devidas no caso de dispensa imotivada.

Notícias do Executivo

[Programa Emergencial de Apoio Financeiro a trabalhadores dos municípios em situação de calamidade do RS tem data de recebimento diferenciada](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 22/06/2024

O Ministério de Trabalho e Emprego publicou, nesta quinta-feira (20), a [Portaria nº 991](#), que trata das regras para as empresas aderirem ao Apoio Financeiro para trabalhadoras e trabalhadores atingidos pela calamidade no estado do Rio Grande do Sul. A ação faz parte do programa emergencial do governo federal, instituído pela Medida Provisória nº 1.230 de 7 junho. O auxílio está condicionado à localização dos estabelecimentos dos empregadores em áreas efetivamente atingidas, na mancha de inundação delimitada por georreferenciamento, em municípios em situação de calamidade ou de emergência reconhecido pelo governo federal. É importante destacar que o calendário de pagamento aos beneficiários têm datas diferenciadas para trabalhadoras e trabalhadores.

[Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional retoma suas atividades](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 19/06/2024

Depois de cinco anos, o Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional retomou as suas atividades no dia 18 de junho, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em Brasília. Esse é um espaço tripartite e consultivo que tem como objetivo promover o diálogo com a sociedade para o aprimoramento da Lei do Aprendiz (nº 10.097) no país, criando oportunidades de trabalho decente para a juventude.

[Brasil participa da elaboração de normas internacionais sobre riscos biológicos](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 19/06/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) tem participado ativamente dos debates da elaboração da primeira norma internacional que regula os riscos biológicos no mundo. Essas discussões acontecem desde 2022 e tiveram importantes encaminhamentos na 112ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), que aconteceu de 3 a 14 de junho, em Genebra, na Suíça. O encontro é organizado anualmente pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e reúne 187 Estados-membros.

[Seminário em Sergipe discute relações de trabalho e atualização sindical](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 18/06/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego promoveu, no último dia 12 de junho, Seminário para discutir as relações de trabalho e o sistema de mediação. Realizado pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Sergipe (SRTE/SE), o evento reuniu na sede da Superintendência, em Aracaju, uma ampla diversidade de participantes, incluindo dirigentes sindicais, assessores de sindicatos laborais e patronais, advogados trabalhistas, empresários, estudantes e profissionais liberais.

[Questão racial é pautada pelo Brasil na 112ª Conferência da OIT](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 18/06/2024

O Brasil inseriu a questão racial no debate do trabalho do cuidado na 112ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), organizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada entre os dias de 3 a 14 de junho, em Genebra, na Suíça. O olhar quanto à raça foi abordado durante as discussões e faz parte da Resolução relativa à discussão geral sobre Trabalho decente e Economia do cuidado.

[Governo já repassou R\\$ 3,6 bi para as medidas de Saque-Calamidade, Seguro-Desemprego e Abono Salarial para o Rio Grande do Sul](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 17/06/2024

Até o dia 10 de junho, o Ministério do Trabalho e Emprego já repassou cerca de R\$ 3,6 bilhões que beneficiam os trabalhadores do Rio Grande do Sul com direito ao Saque-Calamidade, Seguro-Desemprego, Abono Salarial, além do benefício para os

empregadores que aderiram a suspensão do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

[MPS publica portaria que renova prazo para emissão do CRP no RS](#)

Ministério da Previdência Social - 20/06/2024

O Ministério da Previdência Social publicou, nesta quinta-feira (20), a [Portaria 1.956](#) que prorroga o prazo para renovação dos Certificados de Regularidade Previdenciária (CRP) do estado e dos municípios do Rio Grande do Sul com reconhecimento oficial de estado de calamidade ou de emergência. A medida, de caráter extraordinário, garante que os certificados que têm prazo de vencimento em até 240 dias contados a partir de 8 de maio ([Portaria 1.396](#)), terão o CRP renovado emergencialmente por mais 90 dias.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Destinações do MPT para auxílio ao Rio Grande do Sul somam R\\$ 49,2 milhões](#)

Ministério Público do Trabalho - 21/06/2024

Desde o início da crise climática que assola o Rio Grande do Sul, o MPT já destinou para as ações emergenciais de auxílio às vítimas da catástrofe R\$ 49.289.210,96. Os recursos foram revertidos por unidades do MPT em todo o Brasil, seguindo recomendações do Conselho Nacional do Ministério Público (Presi-CNMP) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que tratam sobre a destinação de valores para ações humanitárias e de suporte social diante da calamidade pública no Rio Grande do Sul.

[Audiência coletiva conscientiza sindicatos sobre o combate a práticas antissindiciais e o incentivo à diversidade](#)

Ministério Público do Trabalho - 21/06/2024

O Ministério Público do Trabalho (MPT) em Alagoas reuniu líderes sindicais, integrantes de movimentos sociais e demais representantes de sindicatos obreiros e patronais, durante audiência coletiva, para conscientizar as entidades sobre a importância de coibirem práticas antissindiciais e de promoverem iniciativas que fortaleçam a união entre sindicalismo e diversidade. A atuação faz parte de Procedimentos Promocionais (Promos) instaurados pelo MPT, a partir de projetos nacionais sobre os temas.

[MPT pede rejeição integral à PEC que permite trabalho aos 14 anos](#)

Ministério Público do Trabalho - 21/06/2024

O Ministério Público do Trabalho, representado pelos coordenadores nacionais de

Combate ao Trabalho Infantil e de Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes (Coordinfância), Luísa Carvalho Rodrigues e André Canuto Lima, expediu Nota Técnica pedindo a rejeição do Projeto de Emenda à Constituição (PEC) nº 18/2011, que prevê o trabalho em tempo parcial aos 14 anos.

[Hospital Cristo Redentor é obrigado a controlar uso de cigarro em ambientes fechados](#)

Ministério Público do Trabalho - 19/06/2024

O Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Sul (MPT-RS) obteve decisão favorável em ação civil pública que obriga o Hospital Cristo Redentor, de Porto Alegre, a controlar áreas reservadas ao fumo, de modo a resguardar a saúde e segurança dos trabalhadores, responsabilidade do empregador. A sentença inclui qualquer produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em ambientes classificados como “recinto coletivo fechado” e “recinto de trabalho coletivo”.

[Assédio eleitoral é tema de seminário interinstitucional em Curitiba](#)

Ministério Público do Trabalho - 17/06/2024

O assédio eleitoral será tema de um seminário, na tarde de 27 de junho, na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), em Curitiba. O evento, em formato híbrido, é voltado a empregadores, empregados, representantes de sindicatos laborais e patronais, advogados, acadêmicos, servidores públicos e demais interessados na temática. As inscrições, gratuitas e limitadas (no caso das participações presenciais), podem ser feitas até o dia 26 de junho pelo link: <https://centraleventos.oab.org.br/event/904/seminario-sobre-assedio-eleitoral#schedule>

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Diretores do SINAIT buscam a rejeição da PEC do trabalho infantil](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 18/06/2024

Os diretores do SINAIT Pedro Paulo Martins e Sebastião Estevam estiveram na tarde desta terça-feira, 18 de junho, em trabalho parlamentar, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, pela rejeição da proposta de emenda à Constituição (PEC) 18/11. Os diretores conversaram com o relator, em seu gabinete. Explicaram ao parlamentar que a PEC é prejudicial às crianças e adolescentes em situação vulnerável.

[Supremo decide que FGTS deve garantir correção pelo IPCA](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 17/06/2023

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na quarta-feira, 12 de junho, que as contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) não podem ser corrigidas somente pela Taxa Referencial (TR), taxa com valor próximo de zero. Com a decisão, as contas deverão garantir correção real conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principal indicador da inflação no país.

Outras Notícias

[O que a empresa deve fazer diante da perda de documentos de trabalhadores?](#)

Consultor Jurídico - 22/06/2024

As mudanças climáticas, cada vez mais alarmantes e evidentes, causam impactos multifacetados e impõem a adoção de medidas preventivas, precaucionais e estratégicas pelos departamentos jurídicos e de recursos humanos para o enfrentamento de crises desencadeadas pelos desastres. Com as inundações ocorridas no mês de maio, no Rio Grande do Sul, muitas empresas tiveram suas sedes inundadas e documentos (físicos e digitais) da contratualidade de empregados, ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas foram destruídos, avariados ou extraviados pela enchente.

[Etarismo é forma de violência recorrente no ambiente de trabalho](#)

Consultor Jurídico - 21/06/2024

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDCH), por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (SNDPI) lançou, neste mês, a campanha Junho Violeta para alertar e conscientizar a sociedade sobre todas as formas de violência contra a pessoa idosa. A mobilização lança luz ao dia 15 de junho, em que se celebrou o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, data instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2011.

[Professor da UFPR é indicado para Comitê de Liberdade Sindical da OIT](#)

Consultor Jurídico - 20/06/2024

O governo brasileiro indicou, na última sexta-feira (14/6), Sandro Lunard Nicoladeli,

professor de Direito do Trabalho na Universidade Federal do Paraná (UFPR), para representar o país no Comitê de Liberdade Sindical (CLS) da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

[Desafios para o progresso dos direitos fundamentais do trabalho](#)

Consultor Jurídico - 20/06/2024

Os princípios e direitos fundamentais no trabalho (PDFT) formam a base da justiça social e do desenvolvimento sustentável, refletindo os valores essenciais da Organização Internacional do Trabalho. A declaração de 1998 da OIT, emendada em 2022, estabelece como os direitos fundamentais dos trabalhadores: (a) a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (b) a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; (c) a efetiva abolição do trabalho infantil; (d) a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação; e (e) Um ambiente de trabalho seguro e saudável.

[Recuperação judicial e a \(im\)possibilidade de instauração do IDPJ na fase executiva trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 20/06/2024

É de conhecimento público e notório que um dos maiores gargalos das reclamações trabalhistas é a fase executiva. Isto porque, não obstante a decisão judicial possa ser favorável ao credor, não são raras as vezes em que o processo acaba sendo arquivado em razão da inexistência de bens do executado capazes de satisfazer o crédito exequendo.

[TRF-2 proíbe supermercado de descumprir política de igualdade salarial](#)

Migalhas - 23/06/2024

TRF da 2ª região, atendendo a pedido da AGU, suspendeu decisão que isentava o supermercado Superprix, com estabelecimentos no Estado do Rio de Janeiro, de divulgar relatório de transparência salarial conforme exigido pelo ministério do Trabalho e Emprego, como parte de uma política de combate à desigualdade salarial entre mulheres e homens.

[Histórico de brigas no trabalho enseja justa causa, decide TRT-2](#)

Migalhas - 23/06/2024

Por unanimidade, a 15ª turma do TRT da 2ª Região acolheu recurso de uma empresa e reformou sentença para reconhecer justa causa na demissão de uma empregada que se envolveu em briga no vestiário feminino. Segundo o colegiado, apesar da ausência de provas robustas sobre quem provocou o conflito, a mera participação da ex-funcionária no incidente, aliada ao histórico de mau comportamento na empresa, foram suficientes para a aplicação da justa causa.

[TST: Recusa em retornar ao emprego não implica renúncia à estabilidade](#)

Migalhas - 23/06/2024

Empregado membro da Cipa - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, que, após ser demitido, recusa voltar ao trabalho por considerar o ambiente não salutar, não perde a estabilidade e tem direito à indenização. Esse foi o entendimento da 1ª turma do TST, que negou recurso de uma construtora condenada a indenizar pe-dreiro membro da comissão, dispensado mesmo tendo direito à estabilidade.

[STJ: Contribuição ao INSS incide sobre adicional de insalubridade](#)

Migalhas - 23/06/2024

Sob o rito dos recursos repetitivos, a 1ª seção do STJ decidiu que a contribuição previdenciária incide sobre os valores despendidos a título de adicional de insalubridade. Foi aprovada a seguinte tese, no Tema 1.252: “Incide a Contribuição Previdenciária patronal sobre o Adicional de Insalubridade, em razão da sua natureza remuneratória.” O relator do caso no STJ, ministro Herman Benjamin, destacou em seu voto que existe uma sólida jurisprudência sobre o tema e ponderou que se tratando de verba de natureza salarial, é legítima a incidência de contribuição previdenciária a cargo da empresa sobre o adicional de insalubridade.

[TRT-3 reverte justa causa de homem dispensado por filmar frigorífico](#)

Migalhas - 20/06/2024

O TRT da 3ª região decidiu invalidar a dispensa por justa causa aplicada a um empre-

gado de um frigorífico que utilizou seu telefone celular para registrar fotografias e vídeos do ambiente de trabalho. A decisão, proferida pela juíza convocada Cristiana Soares Campos, manteve a sentença da 2ª vara do Trabalho de Araguari/MG, a qual já havia rejeitado a justa causa. A fundamentação para a decisão reside na constatação de que a empresa tolerava a prática do uso de celulares por parte de líderes, supervisores e monitores, o que fragilizou a justificativa para a dispensa do trabalhador.

[Conselho de Administração da OIT discute os resultados da CIT e elege novos representantes](#)

Organização Internacional do Trabalho - 21/06/2024

O Conselho de Administração (CA) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizou a sua 351ª sessão no sábado, 15 de junho, e elegeu os seus dirigentes para o período 2024-2025. S. Ex.ª, Seong Deok Yun, embaixador e representante Permanente da República da Coreia, foi eleito presidente, enquanto Catelene Passchier, dos Países Baixos, e Renate Hornung-Draus, da Alemanha, foram reeleitas como vice-Presidente dos Trabalhadores e vice-Presidente dos Empregadores, respectivamente.

[CBIC divulga Radar Convenções Coletivas de maio](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 21/06/2024

Nesta sexta-feira (21), a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) lançou o Radar Convenções Coletivas, um informativo mensal produzido pela Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) da entidade. O documento apresenta um panorama detalhado das negociações concluídas até a data-base de maio de 2024, incluindo convenções coletivas e aditivos celebrados até 31 de maio deste ano.

['Saúde e segurança do trabalhador deve ser preservada', afirma auditor durante lançamento da CANPAT 2024](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 21/06/2024

O mais importante é a saúde e segurança do trabalhador e deve ser preservada, disse o auditor fiscal do trabalho de São Paulo, Antônio Pereira, durante o painel "Impacto das normas regulamentadoras na gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) no setor da construção civil", que aconteceu no decorrer do lançamento da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho na Indústria da Construção

(CANPAT Construção 2024), realizado nesta quinta-feira (20) pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

[CANPAT terá foco no impacto das normas na gestão de SST](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 20/06/2024

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) lançou, nesta quinta-feira (20), em evento online, a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho na Indústria da Construção – CANPAT Construção 2024, com o tema central ‘Impactos das normas regulamentadoras na gestão da saúde e segurança do trabalho na indústria da construção’. A iniciativa, que se estende até 11 de outubro, busca conscientizar trabalhadores, empregadores e demais atores do setor sobre a importância da segurança no trabalho e dos impactos das Normas Regulamentadoras (NRs) na gestão da SST.

[Equipamentos de Proteção Individuais e e-Social: o que tem a ver?](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 20/06/2024

Existe uma relação com Equipamentos de Proteção Individuais e e-Social que é o envio de informações sobre o CA (Certificado de Aprovação). A Norma Regulamentadora N° 06 (NR 06) é quem define as diretrizes para utilização do EPI (Equipamento de Proteção Individual) e, dentre as mais importantes, está a obrigatoriedade do empregador em verificar se os EPIs que estão sendo fornecidos aos trabalhadores foram aprovados pelo Ministério do Trabalho. E como isso funciona? Confira a seguir.

[Gestão eficiente da segurança de trabalhadores terceirizados na construção](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 19/06/2024

Na dinâmica atividade da construção, a terceirização de mão de obra se tornou uma realidade essencial. Garantir a segurança dos trabalhadores contratados é fundamental para a integridade de todos os envolvidos no processo. A terceirização apresenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito à segurança no trabalho e ao cumprimento das normas regulamentadoras. A chave para enfrentar esses desafios está em uma gestão eficaz da segurança dos terceirizados.

[Seconci-SP alerta para o tratamento correto da asma](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 17/06/2024

A falta de ar ou dificuldades para respirar, tosse, chiado ou aperto no peito são alguns dos sintomas da asma, doença crônica inflamatória dos brônquios. Mas para se ter um diagnóstico e tratamento corretos, é fundamental o acompanhamento médico periódico. A recomendação é da dra. Marice Ashidani, pneumologista do Seconci-SP (Serviço Social da Construção), por ocasião do Dia Nacional do Combate à Asma (21 de junho). Ela alerta que apenas 12% das 2 milhões de pessoas no Brasil têm a doença controlada.

Atos Normativos

[PORTARIA CONJUNTA DIRBEN/PFE/INSS Nº 94, DE 3 DE JUNHO DE 2024](#) (DOU de 17/06/2024 Seção I Pág. 67) - Aprova Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios;

[PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.211, DE 11 DE JUNHO DE 2024](#) (DOU de 17/06/2024 Seção I Pág. 130) - Altera a Portaria DIRBEN/INSS nº 949, de 18 de novembro de 2021, que dispõe sobre as regras e os procedimentos para análise do direito ao Benefício de Auxílio-Inclusão à Pessoa com Deficiência, quanto à aplicação da ACP nº 0006972-83.2012.4.01.3400 DF, de concessão de benefício assistencial previsto na Loas ao estrangeiro em situação regular no País;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 168, DE 17 DE JUNHO DE 2024](#) (DOU de 18/06/2024 Seção I Pág. 100) - Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 147, de 15 de maio de 2023, que institui as diretrizes dos procedimentos para recuperação, abrangidas a restituição e a cobrança administrativa, dos valores creditados ou disponibilizados indevidamente, relativos ao período posterior ao óbito do titular de benefício previdenciário ou assistencial;

[PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.213, DE 14 DE JUNHO DE 2024](#) (DOU de 19/06/2024 Seção I Pág. 84) - Altera o Livro II das Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios, que disciplina procedimentos e rotinas de reconhecimento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS no âmbito do INSS, aprovado pela Portaria DIRBEN/INSS nº 991, de 28 de março de 2022;

[PORTARIA MPS Nº 1.956, DE 19 DE JUNHO DE 2024](#) (DOU de 20/06/2024 Seção I Pág. 100) - Prorroga o prazo de renovação emergencial dos Certificados de Regularidade Previdenciária - CRP do Estado e dos Municípios do Rio Grande do Sul em estado

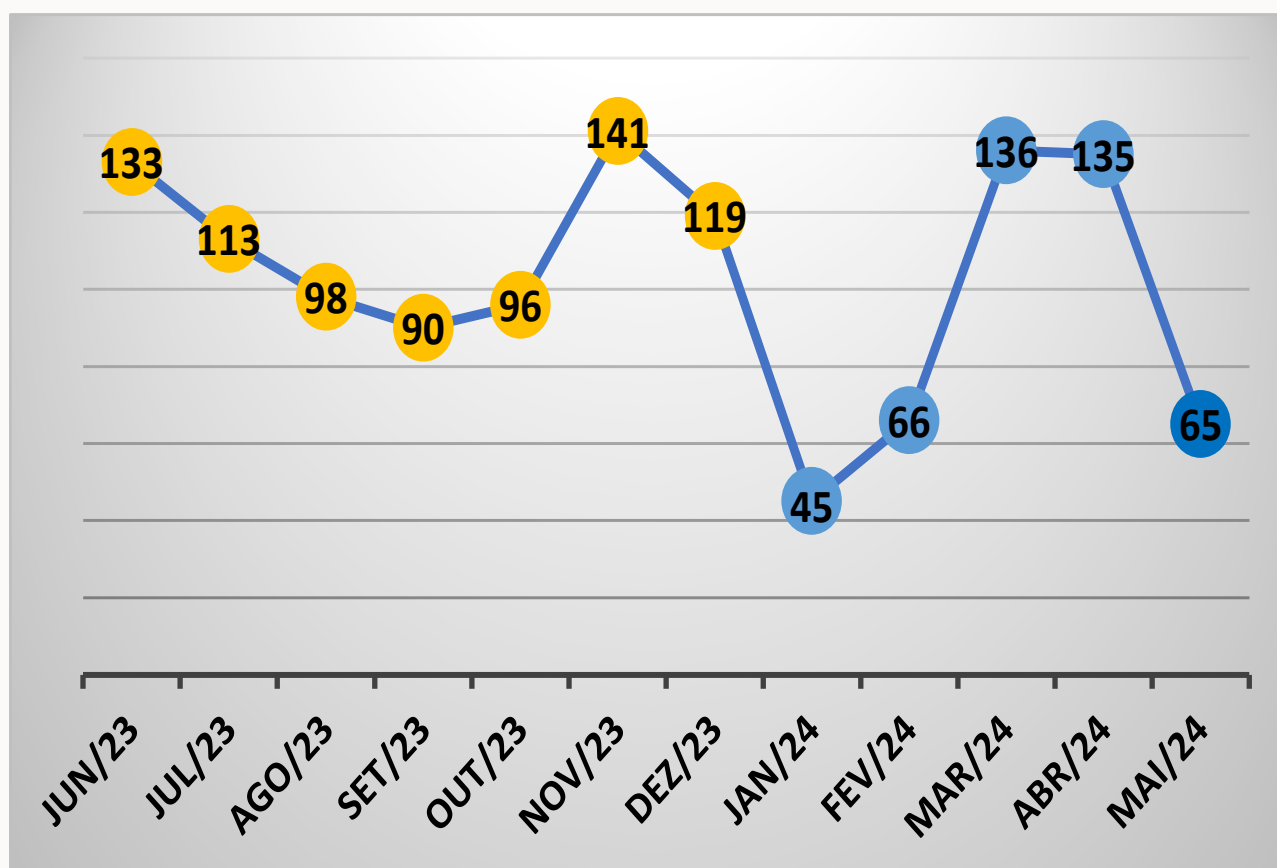
de calamidade ou de emergência que vencerem em até cento e oitenta dias após o prazo previsto na Portaria MPS nº 1.396, de 08 de maio de 2024;

[PORTARIA MTE Nº 991, DE 19 DE JUNHO DE 2024](#) (DOU de 20/06/2024 Seção I Pág. 117) - Disciplina procedimentos e critérios operacionais relativos ao pagamento do Apoio Financeiro instituído com o objetivo de enfrentar a calamidade pública e as suas consequências sociais e econômicas decorrentes de eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul, destinado aos trabalhadores com vínculo formal de emprego e dá outras providências. (Processo nº 19965.201304/2024-06).

RADAR
 TRABALHISTA

Dados estatísticos de Fiscalização

Quantidade de Autos de Infração lavrados por descumprimento da Norma Regulamentadora n.º 35 (NR 35) durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) nos últimos 12 meses:



Fonte: Radar SIT - Autuações

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice- Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula